

Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint) - 2019

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Realizar Auditoria Interna.....	4
2.1. Quadro demonstrativo do quantitativo de trabalhos de auditoria interna, conforme o Paint, realizados, não concluídos e não realizados.....	4
2.2. Quadro demonstrativo do quantitativo de trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no Paint.....	6
2.3. Quadro demonstrativo do quantitativo de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as finalizadas pela assunção de riscos pela gestão, as vincendas e as não implementadas com prazo expirado na data de elaboração do RAINTE.....	7
2.4. Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias.....	8
2.5. Análise consolidada acerca do nível de maturação dos processos de governança, de gerenciamento de risco e de controles internos do órgão ou da entidade, com base nos trabalhos realizados.....	9
2.6. Demonstrativo dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna.....	13
2.7. Análise Consolidada dos Resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ).....	15
3. Atender aos Órgãos de Controle Externo e Interno.....	16
4. Gerir Riscos Institucionais.....	24
4.1. Disseminação da Política de Gestão de Riscos.....	24
4.2. Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos.....	25
4.3. Implantação do Sistema de Gestão de Riscos – G-Riscos.....	26
4.4. Estudos e prospecções – benchmarking.....	26
5. Ações de capacitação.....	27
6. Considerações finais.....	30

1. Introdução

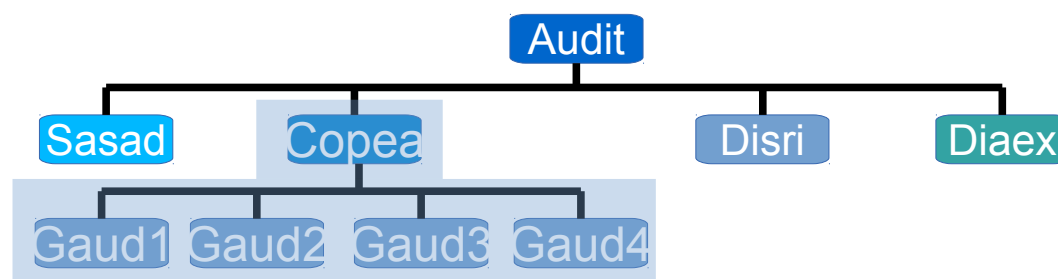
A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) trabalha com a visão de gestão baseada em processos de trabalho, definidos em sua Cadeia de Valor. Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos (Audit) integra a estrutura de Gestão da Conformidade Institucional da RFB, atuando em dois processos: “Realizar auditoria interna” e “Gerir riscos institucionais”. A Audit executa atividades que auxiliam no aprimoramento dos processos de trabalho de todas as áreas, tanto por meio de auditorias quanto por meio da disseminação da metodologia de gerenciamento de riscos da RFB.

O Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) de 2019, aprovado pelo Coordenador-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, vinculou seus trabalhos, realizados no decorrer do ano-calendário de 2019, às ações programadas pela Coordenação de Planejamento e Execução de Auditoria – Copea.

Por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint), a Audit apresenta o resultado do trabalho de auditoria interna realizado ao longo de 2019, além das atividades de suporte para a implementação da gestão de riscos e do esforço dispensado para o atendimento aos órgãos de controle.

Este Raint foi elaborado em conformidade com o disposto na Instrução Normativa (IN) CGU n° 9, de 9 de outubro de 2018.

Estrutura organizacional da Audit



2. Realizar Auditoria Interna

2.1. Quadro demonstrativo do quantitativo de trabalhos de auditoria interna, conforme o Paint, realizados, não concluídos e não realizados

O Paint 2019 previu a realização de ações de auditoria em 16 processos de trabalho. Durante o exercício, foram instauradas auditorias em todos os 16 temas, estando 12 trabalhos concluídos, conforme demonstrado a seguir.

Área de Negócio	Objetos	Realizado	Não concluído	Não Realizado	Carga Horária alocada no exercício
Suara	06.07.02. Gerir o Cadastro das Pessoas Jurídicas	X	–	–	2.900 ⁽¹⁾
Sufis	03.03.03. Realizar Procedimento Fiscal de Revisão de Declarações	X	–	–	1.915
Suara	06.07.01. Gerir o Cadastro das Pessoas Físicas	–	X	–	1.680
Suara	02.01.04. Realizar Cobrança Administrativa	–	X	–	375
Suara	06.07.03. Gerir o Cadastro de Bens Imóveis	–	X	–	343
Sutri	05.03.01. Julgar Impugnações e Manifestações de Inconformidade	X	–	–	537
Suana	04.04.05. Gerenciar Riscos Operacionais Aduaneiros no Controle de Carga	+	X	–	639
Suana, Sucor, Copei, Coger, SRRFs	12.01.02. Viagens Sigilosas	X	–	–	754
Suara	02.02. Gestão da Compensação Previdenciária ⁽³⁾	X	–	–	144
Suana	03.04.01. Realizar Ações de Vigilância Aduaneira ⁽³⁾	X	–	–	350 ⁽¹⁾
Sufis	02.06. Atuar na Garantia do Crédito Tributário ⁽³⁾	X	–	–	112
Sucor	03.04.03. Indicador de Desempenho – Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas ⁽³⁾	X	–	–	314
Sufis	03.03.01. Realizar Procedimento Fiscal de Fiscalização (Chefia de Equipe Fiscal) ⁽³⁾	X	–	–	16
Sufis	03.03.05. Gerir Controles Especiais ^{(2) (3)}	X	–	–	2.614

Área de Negócio	Objetos	Realizado	Não concluído	Não Realizado	Carga Horária alocada
Sufis	03.03.09. Verificar a Aderência dos Processos de Interesse da Fiscalização na 2ª Instância Administrativa	X	–	–	2.926
Sutri	05.01.03.04. Solucionar Consultas Internas ⁽³⁾	X	–	–	423
	Subtotal	12	4	0	
	Total	16		0	16.042 horas

Observações:

(1) O número apresentado é resultado de cálculo que considera uma parcela exata e outra estimada.

(2) A auditoria nesse objeto estava prevista para ser concluída no final do ano 2018, mas teve que ser prorrogada, estendendo-se para o ano 2019. Desse modo, essa ação deveria ter constado do Paint/2019. Por um erro na elaboração do quadro do item 4.4 do Paint/2019, esse objeto deixou de constar como “trabalho não concluído”. Corrigindo o equívoco anterior, esse objeto está sendo considerando como previsto no Paint/2019.

(3) Ações de auditoria iniciadas em 2018.

Além das auditorias internas, o Paint/2019 previa a realização de avaliações referentes ao Programa de Gestão, na modalidade Teletrabalho. Durante o ano de 2019 foram realizadas as seguintes avaliações:

1) Emissão de Relatórios Circunstanciados referentes à inclusão em teletrabalho das atividades relacionadas abaixo:

- Formular Atos Administrativos e Interpretativos, Julgar Recursos Hierárquicos, Elaborar Parecer em Pedido de Relevação de Pena de Perdi-mento e Proposta de súmula no Contencioso Administrativo.
- Análise de Interesse Fiscal.
- Acompanhamento Diferenciado de Maiores Contribuintes.

2) Emissão de Relatórios Circunstanciados Preliminares referentes ao início de teste de métricas:

- Administrar Deslocamentos.
- Triar e Classificar Processo Administrativo Fiscal.
- Planejar Aquisições e Contratações de Materiais e Serviços; Gerir Aquisições e Contratações de Materiais e Serviços; Realizar Licitações; Re-alizar Contratações; Gerir Contratos; Realizar a Fiscalização Administrativa de Contratos; e Aplicar Penalidades.
- Realizar Pesquisa e Seleção para Auditoria Fiscal (Aduaneira).

2.2. Quadro demonstrativo do quantitativo de trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no Paint

Com a utilização das horas da reserva técnica e tendo em vista que o número de horas disponíveis para a atividade foi maior que o planejado, conforme motivos expostos no item 2.4 deste Relatório, no ano de 2019 houve a realização dos seguintes trabalhos sem previsão no Paint/2019.

Área de Negócio	Objetos	Realizado	Não concluído	Carga Horária alocada
Sutri	03.01.01. Gerir Ações de Conformidade	X	–	475
Suana	04.06.03. Realizar o Controle do Repetro	–	X	278
Sufis	03.03.02. Realizar Procedimento Fiscal de Diligência	–	X	817 ⁽¹⁾
Sutri	05.04.02. Propor Informações em Ações Judiciais e Prestar Subsídio à Defesa da Fazenda Nacional no Contencioso Judicial	–	X	361
	Subtotal	1	3	
	Total		4	1.931 horas

Observação:

(1) O número apresentado é resultado de cálculo que considera uma parcela exata e outra estimada.

2.3. Quadro demonstrativo do quantitativo de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as finalizadas pela assunção de riscos pela gestão, as vincendas e as não implementadas com prazo expirado na data de elaboração do RAINT

Área de Negócio	Objetos	Nº de recomendações				
		Emitidas	Implementadas	Finalizadas pela assunção de riscos pela gestão	Vincendas	Não implementadas com prazo expirado
Suara	06.07.02. Gerir o Cadastro das Pessoas Jurídicas	19	–	–	19	–
Sufis	03.03.03. Realizar Procedimento Fiscal de Revisão de Declarações	14	–	–	14	–
Sutri(1)	05.03.01. Julgar Impugnações e Manifestações de Inconformidade	29	3	1	14	11 ⁽¹⁾
Suana, Sucor, Copei, Coger, SRRFs	12.01.02. Viagens Sigilosas	12	7	–	5	–
Suara	02.02. Gestão da Compensação Previdenciária	21	12	–	9	–
Suana	03.04.01. Realizar Ações de Vigilância Aduaneira	20	2	–	18	–
Sufis	02.06. Atuar na Garantia do Crédito Tributário	14	3	–	–	11 ⁽²⁾
Sucor	03.04.03. Indicador de Desempenho – Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas	17	15	–	2	–
Sufis	03.03.01. Realizar Procedimento Fiscal de Fiscalização	11	2	–	9	–
Sufis	03.03.05. Gerir Controles Especiais	17	–	–	17	–
Sufis	03.03.09. Verificar a Aderência dos Processos de Interesse da Fiscalização na 2ª Instância Administrativa	12	1	–	11	–
Sutri	05.01.03.04. Solucionar Consultas Internas	12	–	–	12	–
Sutri (3)	03.01.01. Gerir Ações de Conformidade	14	–	–	13	1 ⁽³⁾
TOTAL		212	45	1	143	23

Observações:

- (1) As recomendações com prazo expirado foram direcionadas à Codac.
(2) As recomendações com prazo expirado foram direcionadas à Cofis.
(3) A recomendação com prazo expirado foi direcionada à Sufis e à Suara.

2.4. Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias

Em 2019, duas situações **impactaram negativamente** a realização das auditorias internas.

O primeiro foi a redução no número de servidores que atuaram no Programa de Gestão na modalidade teletrabalho, de 6 (seis) para 3 (três). Considera-se o fato como impacto negativo, pois o programa condiciona a permanência dos servidores em teletrabalho a uma produtividade 15% superior, no mínimo, à produtividade dos servidores que realizam trabalho presencial.

O segundo foi a saída de 5 (cinco) servidores da Audit, todos com boa experiência. Mesmo que a Audit receba novos servidores, essa rotatividade é prejudicial, tendo em vista a necessidade de grande número de treinamentos e também de experiência prática, para aqueles recém chegados à Audit.

Em 2019, duas situações **impactaram positivamente** no quantitativo de horas destinadas à realização das auditorias internas, conforme exposto a seguir.

Em que pese a saída de 5 (cinco) servidores da Audit, no caso de 2 (dois) servidores a saída estava prevista e havia sido considerada no cálculo das horas líquidas disponíveis para as ações de auditoria. No caso dos outros 3 (três) servidores, as saídas ocorreram posteriormente à remoção ou designação de novos servidores para a atividade, o que gerou um saldo positivo no número de horas disponíveis para as ações de auditoria.

O segundo fator que impactou positivamente a atividade foi o fato de que algumas deduções das horas brutas previstas para a atividade não se confirmaram. Assim, ao final de 2019, o número de horas utilizadas para a atividade de auditoria foi superior àquele previsto no Paint/2019. Para o Paint/2020 as deduções foram ajustadas, de forma que se espera uma proximidade maior entre o número de horas previstos e o número de horas efetivo.

2.5. Análise consolidada acerca do nível de maturação dos processos de governança, de gerenciamento de risco e de controles internos do órgão ou da entidade, com base nos trabalhos realizados

A Portaria RFB nº 848, de 8 de junho de 2018, definiu a estrutura de Governança Institucional da RFB e instituiu o Comitê de Governança Institucional, o qual é composto pelos seguintes membros:

- I – Secretário da Receita Federal do Brasil;
- II – Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil;
- III – Subsecretário de Gestão Corporativa;
- IV – Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento;
- V – Subsecretário de Administração Aduaneira;
- VI – Subsecretário de Fiscalização; e
- VII – Subsecretário de Tributação e Contencioso.

A atuação da Corregedoria; da Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos; da Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav); da Ouvidoria; do Comitê de Execução Orçamentária; do Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação; e do Comitê de Cessão, Requisição e Fixação de Exercício da RFB, todas recepcionadas pela Portaria RFB nº 848, de 8 de junho de 2018, como instâncias internas de apoio à governança, contribuem para a construção de um eficiente ambiente de controle no âmbito da RFB.

Em 2019, destaca-se o início das atividades do Comitê de Gestão de Pessoas da RFB, criado por meio da Portaria RFB nº 2067, de 24 de dezembro de 2018.

Em 2019, foram avaliados os componentes dos mecanismos de governança utilizando como critério o “Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública”. Os resultados indicaram que há deficiências de controles associados às boas práticas de governança direcionadas à administração pública federal.

Tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, informa-se que a Audit emitiu 212 (duzentos e doze) recomendações, com a finalidade de melhorar as operações das unidades ou de propiciar o alcance dos objetivos da Instituição. Os trabalhos de avaliação seguiram os padrões de auditoria e ética profissional.

O Paint/2019 adotou fatores de risco como critérios para a definição dos processos de trabalho a serem auditados no ano. As auditorias também adotaram, em maior ou menor medida, uma abordagem baseada em risco.

A possibilidade de ocorrência de fraudes e corrupção foi considerada na elaboração da matriz de riscos de algumas auditorias.

No que tange à competência e ao desenvolvimento pessoal, a RFB procura a capacitação contínua e o desenvolvimento dos seus recursos humanos. Não obstante, com base nos trabalhos realizados, foi possível observar que há necessidade de:

- a) Treinamento de servidores, com destaque para o treinamento em sistemas gerenciais e capacitação para o exercício de funções de chefia;
- b) Redução da carência de recursos humanos; e
- c) Aprimoramento de trilhas de capacitação.

Em relação aos controles diretos, são utilizados procedimentos que asseguram a minimização dos riscos da ocorrência de falhas ou irregularidades nos processos de trabalho, tais como:

1. arcabouço de normativos internos, atos administrativos e manuais, alinhados aos preceitos legais, que contemplam as instruções necessárias ao desenvolvimento das atividades da Instituição;
2. atribuições e responsabilidades dos gestores estabelecidas no Regimento Interno da RFB e normas complementares;
3. sistemas informatizados, minimizando a incidência de falhas humanas e tornando as atividades mais ágeis e eficazes;
4. normas e procedimentos para segurança física e lógica de equipamentos (hardware), sistemas informatizados, dados e informações;
5. regras para controles de acesso lógico;
6. formalização de estudos técnicos para aquisição, locação e utilização de hardware, software, suprimentos e prestação de serviços de TI, alinhados às boas práticas de governança de TI.

Não obstante, por intermédio das auditorias realizadas no ano de 2019, ficou comprovada a necessidade de melhorias pontuais, em alguns controles instituídos, tais como:

- a) Correção de fases processuais em processos administrativos;
- b) Aprimoramento nas prestações de contas de deslocamentos;
- c) Utilização do sigilo em operações somente quando necessário;
- d) Automatização da extração de valores em sistemas informatizados;

- e) Maior interação entre sistemas;
- f) Implementação de controles gerenciais para sistemas informatizados;
- g) Padronização de controles utilizados pelas unidades administrativas da RFB, por exemplo, com a manualização;
- h) Disponibilização de informações relativas a controle de acessos de usuários a sistema por meio de relatórios gerenciais;
- i) Manutenção de uma base de dados com informações de identificação suficientes, exatas e confiáveis;
- j) Atualização dos manuais com maior periodicidade;
- k) Atualização dos mapeamentos dos processos de trabalho; e
- l) Aumento da aderência das funcionalidades de sistemas às necessidades dos servidores executores da atividade.

A atual Política de Gerenciamento de Riscos da Receita Federal do Brasil (RFB) está disciplinada pela Portaria RFB nº 3.241, de 30 de novembro de 2017. Tal política é baseada nos preceitos da NBR ISO 31000:2009, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A portaria determina que o Gerenciamento de Riscos seja implantado por todas as áreas de negócio da RFB, como parte de seu modelo de gestão. Determina ainda, na sua implantação, que sejam priorizados os processos de trabalho que impactam diretamente o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

Em 03 de janeiro de 2020, o Gabinete da RFB determinou que fosse dada prioridade para as atividades dos ciclos de gerenciamento de riscos relativos a 18 (dezoito) processos de trabalho críticos, de modo que todas as etapas estivessem concluídas até o mês de março de 2020.

O processo de gerenciamento de riscos é importante para:

- Subsidiar a tomada de decisões nos níveis estratégicos, táticos e operacionais da RFB;
- Agregar valor ao ambiente corporativo;
- Prover contínua melhoria dos processos de trabalho da organização.

Com base nos trabalhos realizados em 2019, foi identificado que, no desenvolvimento de algumas atividades ainda é incipiente a implementação das práticas de gestão de riscos e as áreas não gerenciam os riscos de conformidade de forma estruturada, sistemática e integrada. No caso de riscos operacionais, também foi observada a realização de gestão de riscos de forma não estruturada. Foram emitidas recomendações no sentido de capacitar servidores de áreas específicas em relação à gestão de riscos de conformidade.

Em relação ao público interno, a RFB possui uma política de comunicação adequada que propicia o uso do conhecimento corporativo em favor da produtividade.

No que se refere ao relacionamento da RFB com a sociedade, a Instituição possui canais de comunicação permanentes, como a Ouvidoria, o CAC e a Internet, para que os contribuintes possam apresentar reclamações, sugestões, críticas e elogios, os quais contribuem para o aperfeiçoamento das atividades da Instituição.

A TV Receita, o Twitter, o canal oficial da TV Receita no YouTube e o Relatório de Atividades da RFB são ferramentas de comunicação utilizadas para dar mais transparência e agilidade na divulgação das informações de interesse público, em especial quanto às principais realizações e desempenho.

Não obstante, com base nos trabalhos realizados em 2019, foi comprovada a necessidade dos seguintes aperfeiçoamentos:

- a) Ampliação da integração das bases de dados dos sistemas informatizados;
- b) Maior divulgação das orientações técnicas emitidas;
- c) Maior divulgação acerca dos objetivos a serem alcançados com a execução de determinadas atividades;
- d) Que os sistemas tecnológicos utilizados auxiliem o desenvolvimento de atividades de forma mais ampla;
- e) Realização de reuniões técnicas com maior periodicidade; e
- f) Maior disseminação de informações técnicas e normativas necessárias à boa execução dos processos de trabalho.

Como sistemática de monitoramento, a RFB utiliza a avaliação contínua dos controles internos, pelas próprias áreas técnicas das unidades administrativas, as quais procuram garantir que os processos de trabalho sejam conduzidos em consonância com a legislação aplicável.

Não obstante, as ações de auditoria interna realizadas em 2019 demonstram que há oportunidades para avanços, por exemplo, na avaliação da qualidade dos procedimentos de fiscalização pelo chefe de equipe fiscal, na avaliação da satisfação das partes interessadas com os serviços e produtos ofertados e no monitoramento para a manutenção de registros especiais de bebidas, cigarros, biodiesel e papel imune.

2.6. Demonstrativo dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna

Em 2019 foram implementados na Audit o acompanhamento e a mensuração dos benefícios **financeiros** oriundos dos trabalhos de auditoria interna, conforme previsto na IN CGU nº 04/2018.

É importante esclarecer que as ações realizadas pela Audit no ano de 2019 promoveram melhorias nos processos de trabalhos auditados em diversas frentes como, por exemplo: aprimoramento e padronização dos procedimentos, ajustes de sistemas informatizados, revisão de normativos e manuais, aprimoramento de ferramentas de controle. As recomendações exaradas pela auditoria e as ações implementadas pelos gestores foram importantes para a agregação de valor aos processos de trabalho, a melhoria dos controles internos da RFB e o aprimoramento da gestão institucional. Todas essas ações, realizadas a partir de recomendações emitidas pela Audit, geram benefícios financeiros para a instituição, seja por meio da redução dos custos dos processos de trabalho, redução do desperdício, redução da ineficiência, etc. Não obstante, esses benefícios financeiros não são passíveis de mensuração objetiva. Dessa forma, o valor que será apresentado no quadro a seguir, não reflete a importância do trabalho desta unidade de auditoria interna.

Alguns trabalhos merecem um destaque especial, tendo em vista a relevância das recomendações e os benefícios decorrentes. É o caso da auditoria no tema Realizar Procedimento Fiscal de Revisão de Declarações, cujas recomendações podem beneficiar, potencialmente, mais de 31 milhões de pessoas físicas, contribuintes do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, que apresentam Declaração de Ajuste Anual do referido imposto.

Outro trabalho que tem potencial para beneficiar grande parte da sociedade foi a auditoria no tema Julgar Impugnações e Manifestações de Inconformidade. A recomendação para a implementação da computação cognitiva para o julgamento de processos do contencioso administrativo de 1º instância, quando implementada, deve reduzir consideravelmente o tempo médio de julgamento desses processos. A mitigação de riscos ao crédito tributário também foi objeto de recomendação no âmbito dessa auditoria.

O quadro a seguir consolida os benefícios gerados, ao longo do exercício, por classe de benefício, por intermédio das ações de auditoria encerradas em 2019.

BENEFÍCIOS FINANCEIROS:		
A	Valor de Gastos Indevidos Evitados:	R\$ 0,00
B	Valores Recuperados:	R\$ 133.436,03*
C	Valor Total de Benefícios Financeiros (A+B):	R\$ 133.436,03*
BENEFÍCIOS NÃO FINANCEIROS:		
D	Quantidade de benefícios relacionados à dimensão Missão, Visão e/ou Resultado e com repercussão Transversal:	2
E	Quantidade de benefícios relacionados à dimensão Missão, Visão e/ou Resultado e com repercussão Estratégica:	1
F	Quantidade de benefícios relacionados à dimensão Missão, Visão e/ou Resultado e com repercussão Tático/Operacional:	122
G	Quantidade de benefícios relacionados à dimensão Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos e com repercussão Transversal:	2
H	Quantidade de benefícios relacionados à dimensão Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos e com repercussão Estratégica:	0
I	Quantidade de benefícios relacionados à dimensão Pessoas, Infraestrutura e/ou Processos Internos e com repercussão Tático/Operacional:	11
J	Quantidade Total de Benefícios Não Financeiros (D+E+F+G+H+I):	138

* Refere-se apenas a valores arrecadados. **Além do valor acima apresentado, ressaltamos que foram lavrados outros Autos de Infração, em decorrência direta da atuação da Auditoria Interna, no montante de R\$ 2.809.879,42** (dois milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos). Esse valor não foi adicionado ao valor apresentado no quadro acima tendo em vista que os lançamentos estão em processo de cobrança.

2.7. Análise Consolidada dos Resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ)

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade, durante o ano de 2019, alcançou os resultados a seguir.

a) Indicador de Aprofundamento das Ações de Capacitação = Carga horária total de capacitação / total de auditores internos em exercício na unidade.

Indicador de Aprofundamento das Ações de Capacitação = $2.355/21 = 112$ horas

b) Indicador de Amplitude das Ações de Capacitação = (Total de servidores capacitados sem repetições / total de servidores em exercício na unidade) x 100

Indicador de Amplitude das Ações de Capacitação = $20/21 = 95\%$

c) Índice de Cumprimento do Planejamento Anual de Auditoria Interna = (Total de auditorias executadas no período / Total de ações de auditorias previstas no período) x 100

Índice de Cumprimento do Planejamento Anual de Auditoria Interna = $16/16 = 100\%$

d) A revisão do Manual de Auditoria Interna foi realizada no período de junho/2019 a agosto/2019.

Abaixo, segue um quadro resumo:

	Indicador ou Atividade	Meta para o ano 2019	Realizado
1	Indicador de Aprofundamento das Ações de Capacitação	40 h *	112 h
2	Indicador de Amplitude das Ações de Capacitação	85%	95%
3	Índice de Cumprimento do Planejamento Anual de Auditoria Interna	100%	100%
4	Revisão do Manual da Atividade de Auditoria Interna	X	X

Observação: * Meta estabelecida de acordo com o inciso III do art. 5º da Instrução Normativa CGU nº 9, de 09 de outubro de 2018.

3. Atender aos Órgãos de Controle Externo e Interno

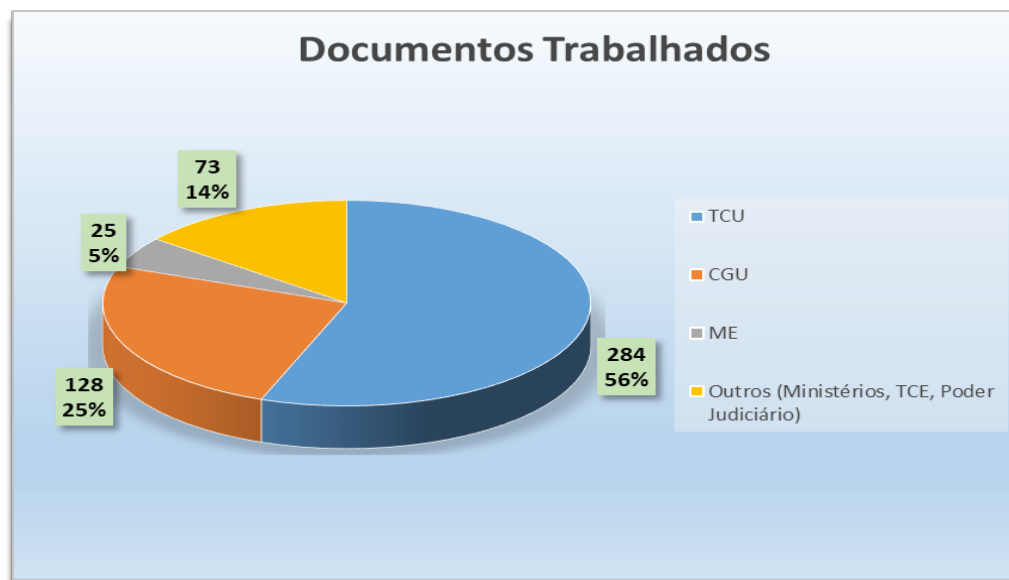
A Audit, por meio da Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (Diaex), acompanha os trabalhos realizados pelos Órgãos de Controle Externo e Interno, respectivamente Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), junto às Unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Conforme atribuição regimental, prevista no art. 41 do Regimento Interno da RFB, a Diaex centraliza o recebimento das diversas demandas oriundas do TCU e da CGU, de modo a poder acompanhar o atendimento às requisições de informações e às deliberações proferidas por esses órgãos de controle e cumprir os prazos estabelecidos.

Além das demandas do TCU e da CGU, a Diaex também recebeu demandas do Ministério da Economia, por meio da Assessoria Especial de Controle Interno e, eventualmente, de outros órgãos, a exemplo do Ministério Público (MP), Tribunais de Contas Estaduais (TCE), Congresso Nacional (CN) e Poder Judiciário (PJ).

Em 2019, a Diaex deu andamento interno a 510 (quinhentos e dez) documentos. A distribuição por órgão solicitante, em termos de quantidade e percentuais, consta do gráfico a seguir.

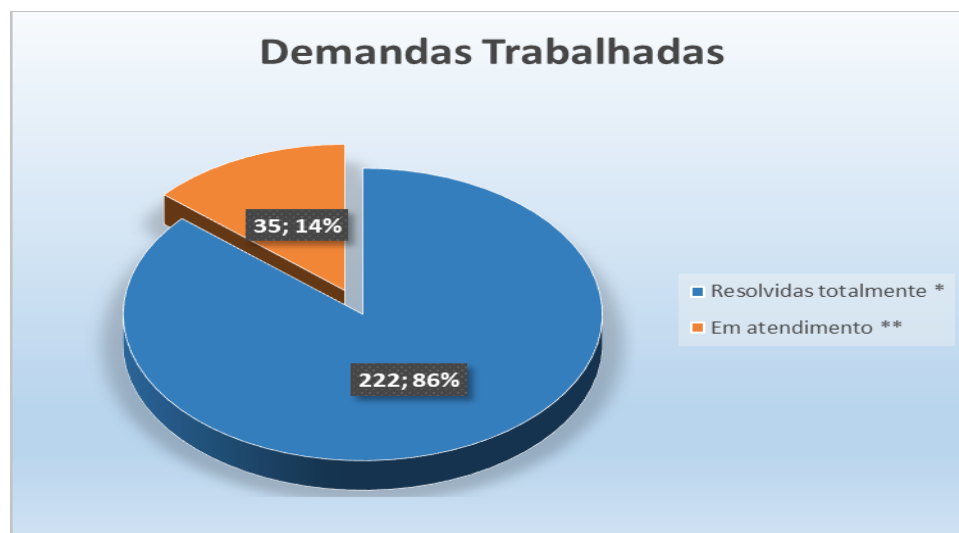
Gráfico 1: Demandas Recebidas.



Fonte: Elaboração própria.

Do total de demandas do exercício, aproximadamente 87% foram resolvidas totalmente. Considerando demandas do exercício e demandas recebidas em anos anteriores, o total de processos resolvidos gira em torno de 85%.

Gráfico 2: Demandas Trabalhadas.



* Inclui 9 demandas de exercícios anteriores resolvidas neste exercício

** Inclui 1 demanda de exercícios anteriores

Fonte: *Elaboração própria.*

A Diaex acompanhou e viabilizou a prestação de informações para subsidiar a realização de **74 (setenta e quatro)** fiscalizações do TCU e de **10 (dez)** fiscalizações da CGU, realizadas no âmbito da RFB, conforme disposto abaixo:

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
1	TCU	Auditoria sobre a confiabilidade das informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).	020.302/2017-7
2	TCU	Auditoria financeira no Ministério da Fazenda exercício de 2018.	034.554/2018-1
3	TCU	Auditoria com o objetivo de avaliar a governança das políticas nacionais de fronteira.	022.874/2018-6
4	TCU	Denúncia acerca de irregularidades nas contratações da empresa JCN Soluções Ltda. pela Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – DR/SPM/ECT	034.491/2014-7
5	TCU	Auditoria Operacional para avaliar a atuação do Ministério da Infraestrutura nas ações de fomento ao transporte de cabotagem de carga.	023.297/2018-2
6	TCU	Inspeção para coletar informações sobre mecanismos de classificação de receitas de parcelamentos, fluxo de recursos de parcelamentos não classificados pela Conta Única e distribuição de recursos de parcelamentos para FPE/FPM.	027.900/2017-7
7	TCU	Auditoria sobre as previsões dos principais agregados fiscais do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019.	034.328/2018-1

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
8	TCU	Fiscalização com o objetivo de identificar as Notas Fiscais emitidas por e contra o Consórcio VWSB/Enfil e suas empresas constituintes.	023.672/2015-3
9	TCU	Acompanhamento das receitas primárias, despesas primárias impactantes, resultado primário e contingenciamento concernente ao 4º bimestre de 2018.	034.842/2018-7
10	TCU	Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios.	034.088/2018-0
11	TCU	Possíveis irregularidades cometidas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).	Representação nº 608668398
12	TCU	Avaliação da Atividade realizada pela EEP Fraude.	005.576/2019-9
13	CGU	Solicita os artefatos de planejamento associados ao Edital de Pregão Eletrônico Nº 2/2019.	00190.112036/2018-82
14	TCU	Anteprojeto de decisão normativa que fixa os percentuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e Municípios da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).	001.893/2019-0
15	TCU	Possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Eletrônico (PE) 6/2018, promovido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).	021.206/2018-0
16	TCU	Auditoria no Complexo Petroquímico/RJ.	009.177/2017-5
17	TCU	Representação sobre possíveis irregularidades ocorridas na Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (Derat) relacionadas a pedidos de restituição ou ressarcimento e declaração de compensação.	039.965/2018-0
18	TCU	Auditoria de Conformidade no Cebas da Assistência Social.	034.528/2018-0
19	TCU	Levantamento sobre a implementação do Sistema de Escrituração Digital do eSocial.	015.010/2018-0
20	TCU	Acompanhamento das receitas primárias, despesas primárias impactantes, contingenciamento de despesas e cumprimentos de metas de resultado primário, no tocante às disposições da LOA 2019, LDO 2019 e LRF, referente ao 1º bimestre - 2019.	005.345/2019-7
21	TCU	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) realizada com o objetivo de verificar a regularidade do processo de concessão de renúncias tributárias relacionadas às áreas sociais e de desenvolvimento.	015.940/2017-9
22	CGU	Auditoria de Contas de 2018 – Ministério da Economia (então Ministério da Fazenda)	201900690
23	TCU	Solicitação da cadeia acionária da empresa Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	015.300/2018-8
24	TCU	Avaliação dos impactos dos benefícios fiscais concedidos para os setores a que pertencem as empresas JBS e J&F	023.578/2018-1

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
25	TCU	Encaminha o Acórdão nº 928/2019-TCU-Plenário	036.846/2018-0
26	TCU	Representação para análise de operações de crédito e de aporte de capitais realizados pelo BNDES e pelo BNDESPar em favor da JBS e demais empresas do Grupo J&F.	014.732/2017-3
27	TCU	Levantamento relativo a receitas e despesas do sistema de previdência no Brasil nas esferas federal, estadual e municipal.	009.811/2019-2
28	TCU	Acompanhamento das receitas primárias, despesas primárias impactantes, contingenciamento de despesas e cumprimentos de metas de resultado primário, no tocante às disposições da LOA 2019, LDO 2019 e LRF, referente ao 2º bimestre - 2019.	012.177/2019-9
29	CGU	Auditoria Anual de Contas do Ministério da Economia (então Ministério da Fazenda), relativa ao exercício de 2018.	201901004
30	TCU	Fiscalização com o objetivo de avaliar a conformidade dos atos administrativos praticados pela ANTT relacionados à inadimplência, renegociação e relicitação de contratos de concessão de rodovias federais.	010.222/2019-7
31	TCU	Levantamento de auditoria realizado com o objetivo de identificar os principais gargalos e riscos envolvidos nos procedimentos necessários para cumprimento das obrigações tributárias, com ênfase na atuação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.	015.289/2018-4
32	CGU	Levantamento com o objetivo de estabelecer uma visão mútua acerca de diferentes dimensões dos incentivos fiscais relacionados à Zona Franca de Manaus.	201900744
33	TCU	Auditoria operacional tendo por objetivo avaliar o grau de auditabilidade da RFB, a fim de identificar os riscos e impactos do atual estágio de transparência da administração tributária e propor melhorias aos processos.	021.258/2018-0
34	TCU	Resultado do monitoramento do Acórdão nº 1.071/2016-TCU-Plenário	023.058/2018-8
35	CGU	Auditoria do Processo de Acompanhamento Diferenciado dos Maiores Contribuintes.	201900813
36	TCU	Relatório de Auditoria destinado a avaliar a suscetibilidade de organizações públicas federais situadas no Estado de Mato Grosso do Sul ao risco de ocorrências de fraude e corrupção.	020.829/2017-5
37	TCU	Auditoria operacional realizada para avaliar os principais gargalos para liberação de carga containerizada em portos da região sudeste.	008.930/2016-3
38	TCU	Compartilhamento de dados da Administração Pública.	010.716/2018-1
39	TCU	Auditoria realizada com objetivo de avaliar os demonstrativos	034.518/2018-5

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
		financeiros do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) referentes ao exercício de 2018.	
40	TCU	Irregularidades identificadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1/2017, promovido pelo Ministério da Educação.	015.930/2019-0
41	TCU	Monitoramento do Acórdão nº 1.205/2014-TCU-Plenário.	033.150/2015-0
42	TCU	Análise acerca da inclusão ou não do Repetro no Demonstrativo dos Gastos Tributários e se a prorrogação do Repetro deve obediência ou não ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).	020.313/2018-7
43	TCU	Acompanhamento das receitas primárias, despesas primárias impactantes, contingenciamento de despesas e cumprimentos de metas de resultado primário, no tocante às disposições da LOA 2019, LDO 2019 e LRF, referente ao 3º bimestre - 2019.	021.655/2019-7
44	TCU	Município de São João da Baliza – Não pagamento de tributos.	003.185/2019-2
45	TCU	Não cumprimento integral de determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão nº 2.776/2017-TCU-Plenário.	025.397/2017-6
46	TCU	Aprova, para o exercício de 2020, os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos provenientes do Imposto sobre Produtos Industrializados.	021.903/2019-0
47	TCU	Representação sobre irregularidades na instituição e no pagamento do bônus de eficiência e produtividade na atividade tributária e aduaneira e na atividade de auditoria-fiscal do trabalho. Irregularidades relativas à inobservância das normas de finanças públicas.	005.283/2019-1
48	TCU	Auditoria no Complexo Petroquímico/RJ.	009.834/2010-9
49	TCU	Deliberações sobre o Relatório relacionado ao levantamento com o objetivo de conhecer a estrutura de financiamento da educação pública, abrangendo fontes orçamentárias e extra orçamentárias.	027.502/2018-0
50	TCU	Indícios de irregularidade tributária.	005.398/2019-3
51	TCU	Acompanhamento sobre a consistência fiscal das estimativas de receitas, dos montantes fixados de despesas e da meta de resultado primário do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para o exercício de 2020.	022.775/2019-6
52	TCU	Monitoramento do cumprimento de deliberação proferida no processo de Monitoramento dos itens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.388/2017-Plenário; e do item 9.1 do Acórdão nº 608/2016-Plenário.	008.024/2019-7
53	TCU	Consulta sobre a possibilidade de execução de despesa sem adequação orçamentária e financeira.	039.853/2018-7

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
54	TCU	Realização de levantamento no Ministério da Saúde, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, com objetivo de avaliar a sustentabilidade da prestação de ações e serviços públicos de saúde de forma universal, gratuita e integral.	014.791/2019-6
55	TCU	Comunica realização de auditoria de conformidade no Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAAF).	024.601/2019-5
56	TCU	Fiscalização decorrente de possíveis irregularidades na alienação de aeronaves pela Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa.	006.240/2019-4
57	TCU	Possível dano ao erário decorrente de aplicação de multa ao Delegado da DRF no Rio de Janeiro II.	031.699/2018-9
58	TCU	Monitoramento da Auditoria de Governança de Solos não Urbanos.	006.852/2018-1
59	TCU	Possível omissão da RFB em criar Declaração de Trânsito de Contêiner (DTC).	022.773/2019-3
60	TCU	Recurso de Reconsideração do Senhor João Dilmar da Silva contra o Acórdão nº 561/2016-TCU-Plenário.	023.796/2015-4
61	TCU	Relatório de auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).	016.111/2018-4
62	TCU	Deliberações sobre Auditoria de conformidade relacionada à Lei nº 8248/1991 (Lei da Informática), que diz respeito a incentivos fiscais na área de TI.	013.543/2015-6
63	TCU	Tomada de Conta Especial (TCE) instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa/AM.	025.248/2016-2
64	CGU	Relatório Preliminar (parte) de Auditoria de Contas de 2018.	00190.105238/2019-59
65	TCU	Representação sobre possíveis irregularidades na concessão do adicional de periculosidade a servidores do Centro Nacional de Operações Aéreas (CEOAR).	021.918/2019-8
66	TCU	Recurso de Reconsideração - Supostas irregularidades na Concorrência 1/2017 - SRFB - 1ª Região.	027.463/2019-2
67	TCU	Auditoria para avaliar os principais gargalos que impactam na eficiência dos portos.	024.762/2017-0
68	TCU	Possíveis irregularidades ocorridas na Superintendência Estadual de Compras e Licitações (Supel) do Governo do Estado de Rondônia, na condução de concorrências públicas para pavimentação asfáltica no município de Rolim de Moura/RO.	025.536/2018-4

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
69	TCU	Representação contra o Pregão Eletrônico nº 24/2019 do Supremo Tribunal Federal, que apresenta como objeto a prestação de serviços de apoio administrativo na área de recepção.	018.599/2019-2
70	TCU	Acompanhamento para avaliar a legalidade das medidas legislativas de aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado e de criação ou expansão das renúncias de receitas.	031.445/2019-5
71	CGU	Análise de contratações públicas das Unidades Gestoras sob jurisdição da CGU-Regional.	00217.100360/2019-93
72	CGU	Implementação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.	00190.106707/2019-57
73	TCU	Monitoramento realizado com o objetivo de verificar a regularidade do processo de concessão de renúncias tributárias relacionadas às áreas sociais e de desenvolvimento.	016.688/2019-8
74	TCU	Auditoria nas Demonstrações Contábeis do Ministério da Economia do ano de 2019.	036.129/2019-4
75	TCU	Irregular habilitação da empresa EEF da Conceição no Pregão Presencial nº 25/2018, realizado pela Administração Regional no Estado de Mato Grosso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MT).	011.705/2018-3
76	TCU	Acompanhamento de licitação para permissão de exploração de terminal alfandegado “porto seco” no município de Três Lagoas/MS).	002.964/2016-3
77	TCU	Cópias de decisões judiciais acerca de admissão de servidores.	030.512/2019-0
78	TCU	Versão preliminar do relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar as ações governamentais de fomento à integração dos modos de transporte.	010.173/2019-6
79	TCU	Decisão Normativa-TCU nº 179, de 20 de novembro de 2019, fixa coeficientes individuais de participação no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), exercício 2020.	036.947/2019-9
80	CGU	Despesas de Exercícios Anteriores em desacordo com os normativos (Acórdão nº 2.457/2019-TCU-Plenário).	00190.111699/2019-61
81	TCU	Auditoria para avaliar o modelo de operação da tecnologia da informação (TI) do Poder Executivo Federal, operacionalizado mediante o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp).	025.525/2018-2
82	TCU	Levantamento com o objetivo de identificar os sistemas de tecnologia da informação críticos da Administração Pública Federal, com vistas a subsidiar o planejamento de ações de controle do Tribunal de	031.436/2019-6

	Órgão de Controle	Fiscalização	Nº do TC ou OS
		Contas da União (TCU).	
83	CGU	Auditoria que têm por objetivo avaliar o processo de fiscalização trabalhista.	201902782
84	TCU	Auditoria Financeira das demonstrações financeiras do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) referente ao exercício de 2019.	036.275/2019-0

4. Gerir Riscos Institucionais

No ano de 2019, a Divisão de Implementação e Suporte em Gestão de Riscos (Disri), integrante da estrutura da Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos (Audit), desenvolveu diversas ações com intuito de dar continuidade à implementação da Política de Gestão de Riscos Institucionais da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A RFB manteve-se como membro do Comitê Técnico de Gestão de Riscos da ABNT para discussão sobre normas ABNT relacionadas à Gestão de Riscos, acompanhando inclusive a publicação da Norma ISO 31000:2018. Tal participação permite à RFB manter o alinhamento às boas práticas e realizar ações de *benchmarking*, com intuito de desenvolver ações estratégicas em prol do desenvolvimento da temática de risco no âmbito institucional.

Neste período, a Disri elaborou Parecer de Riscos Institucionais sobre a Utilização de código de acesso no serviço Coleta Nacional por meio do e-CAC e sobre ciência do contribuinte de despacho decisório com código de acesso.

Além disso, a Disri prestou suporte em gerenciamento de riscos para início do ciclo e também durante a avaliação de riscos dos processos de trabalho elencados no item 3.2 e realizou cursos de formação de analistas de riscos.

Vale ressaltar, ainda, a participação da Audit, por meio da Disri, no Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas – Finanças, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O colegiado, que reúne instituições públicas e privadas do setor financeiro, tem por objetivo definir estratégias e alinhar políticas de atuação para as infraestruturas críticas do setor em momentos de crise. Foram realizadas atividades de identificação de infraestruturas críticas e dos riscos inerentes às mesmas, bem como dos controles existentes para estes riscos.

Destaca-se também a continuidade das melhorias ao Sistema de Gestão de Riscos – G-Riscos com correção de erros e melhorias gerais.

O detalhamento dessas ações e as atividades em andamento estão dispostos a seguir.

4.1. Disseminação da Política de Gestão de Riscos

- Plano de Disseminação em andamento com publicações tempestivas no Informe-se tratando do tema Gestão de Riscos;

- Melhoria contínua do material da capacitação presencial no intuito de oferecê-la da forma mais completa e eficiente;
- Elaboração do material do curso a distância “Gestão de Riscos dos Processos de Trabalho” e início do desenvolvimento junto à Enap; e
- Realização de 08 turmas do curso de Formação de Analistas de Riscos, resultando no treinamento de 22 servidores.

Quantidade de servidores treinados por unidade					
Audit	4	Codac	2	Cocad	2
Copav	7	Cogep	2	Sucor	1
Cotec	2	Cosit	2		

4.2. Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos

Avaliação de Riscos finalizada (plano de ação elaborado)
SOLUCIONAR CONSULTAS SOBRE CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS
DESCENTRALIZAR CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS
ADMINISTRAR CERTIFICADO DIGITAL
Ciclos de Gerenciamento de Riscos iniciados em 2019
GERIR CRÉDITO TRIBUTÁRIO
GERIR REGULARIDADE FISCAL
REALIZAR COBRANÇA ADMINISTRATIVA
ACOMPANHAR DISTORÇÕES
IDENTIFICAR DISTORÇÕES DE ARRECADAÇÃO
CONTROLAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
ATUAR NA GARANTIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
GERIR AÇÕES DE CONFORMIDADE
IDENTIFICAR PESSOAS FÍSICAS PARA O ACOMPANHAMENTO DIFERENCIADO
IDENTIFICAR PESSOAS JURÍDICAS PARA O ACOMPANHAMENTO DIFERENCIADO
ANALISAR OS MAIORES CONTRIBUINTES NO CONTEXTO DOS RESPECTIVOS SETORES ECONÔMICOS

REALIZAR PROCEDIMENTO FISCAL DE FISCALIZAÇÃO
REALIZAR PROCEDIMENTO FISCAL DE DILIGÊNCIA
REALIZAR PROCEDIMENTO FISCAL DE REVISÃO – PF
GERIR EXECUÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO
REALIZAR AÇÕES DE VIGILÂNCIA ADUANEIRA
REALIZAR OPERAÇÕES DE REPRESSÃO ADUANEIRA
REALIZAR RETENÇÃO E APREENSÃO DE MERCADORIAS SUSPEITAS E VEÍCULOS
REALIZAR RETENÇÃO E APREENSÃO DE MERCADORIAS ABANDONADAS EM RECINTO ALFANDEGADO
GERENCIAR RISCOS OPERACIONAIS ADUANEIROS NA VIGILÂNCIA E REPRESSÃO
GERIR ESTÁGIO PROBATÓRIO DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
REMOVER SERVIDOR DE OFÍCIO

Atualmente, o número de processos de trabalho com documentação de avaliação de riscos validada pela Disri é de 44 do total de 280 publicados pela Copav (até 20/01/2020), portanto, 15,71%.

4.3. Implantação do Sistema de Gestão de Riscos – G-Riscos

- Treinamento dos servidores MDF da Disri para realizar o cadastramento dos riscos no sistema.

4.4. Estudos e prospecções – *benchmarking*

- Certificação Internacional C31000 – Profissionais de Gestão de Riscos para dois membros da Disri, trazendo credibilidade para a unidade de negócio e permitindo ações de *benchmarking*;
- Representação na Comissão de Estudo Especial Gestão de Riscos da ABNT;
- Reuniões com o Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade – CRT-CI do Ministério da Economia;
- Reuniões com a Rede GIRC;
- Apresentação da metodologia de gerenciamento de riscos para a Administração Tributária de Moçambique, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e Polícia Federal.

5. Ações de capacitação

Ao longo do ano de 2019, ocorreram 25 (vinte e cinco) eventos de capacitação, conforme consta do quadro a seguir.

Ação de Capacitação	Nº de Servidores capacitados	Carga horária do curso
Coordenação de Planejamento e Execução de Auditoria		
Introdução às atividades de Auditoria Interna Treinamento de servidores sobre o funcionamento das atividades de Auditoria Interna da RFB, o fluxo do processo de auditoria, os principais papéis de trabalho e as principais técnicas de auditoria.	2	32 horas
Introdução às atividades de Auditoria Interna - 2ª turma	1	28 horas
Auditoria Baseada em Riscos Capacitar servidores da Audit em técnicas de auditoria baseada em riscos.	9	24 horas
10º Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental Promover a integração e o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e experiências relativas à prática da atividade de auditoria Interna no âmbito das unidades de auditoria dos poderes da União.	2	16 horas
Formação de Analistas de Riscos Formação de analistas de riscos e capacitação na metodologia de gerenciamento de riscos da RFB.	3	16 horas
Access Básico Capacitar servidores em noções básicas do sistema Access.	1	37 horas
Excel Avançado Capacitar servidores da Audit no uso avançado da ferramenta Excel.	1	31 horas
Receita Data Proporcionar uma visão prática e rápida para os usuários que ainda não utilizam o Receita Data.	8	8 horas
Estatística Capacitar servidores em noções básicas de estatística para aplicação nos trabalhos de auditoria interna.	1	20 horas
Gestão de Riscos no Setor Público Aprofundar os conhecimentos dos servidores nos temas de Gestão de Riscos.	1	20 horas
Formação de Analistas de Processos Capacitar os servidores na metodologia de Gestão de Processos da RFB.	7	28 horas
Técnicas de Auditoria Interna Prospectar técnicas para aperfeiçoar os trabalhos de auditoria interna.	3	25 horas
Técnicas de Auditoria Interna Repassar conhecimentos sobre as análises do programa de gestão na	7	16 horas

modalidade teletrabalho.		
Integração do Contábil com DW Capacitar servidores da Audit nas ferramentas DW e ContÁgil.	10	24 horas
Word, Excel, PowerPoint e Access - Licença Capacitação Ampliar conhecimentos com curso em nível avançado de Word, Excel, PowerPoint e Access.	1	176 horas
Administração Tributária – Módulos 1, 2, 3, 4 e 5 O Curso tem como objetivo apresentar uma visão integrada, por meio de estudos comparados em diversos países da América e Europa, sobre a organização, planejamento e gestão da Administração Tributária e aperfeiçoar conhecimentos técnicos específicos que influenciam na eficiência e eficácia da gestão de um sistema tributário.	1	258 horas
Tadat - Tax Administration Diagnostic Assessment Tool Capacitar e certificar servidores da RFB na metodologia de avaliação de administrações tributárias TADAT.	1	24 horas
Programa de Inglês - Intensive English - Licença Capacitação Aprimoramento em Inglês. Estudo de habilidades Integradas, desenvolvendo seu vocabulário, gramática e pronúncia por meio de atividades interativas e variadas. Estudo das habilidades direcionadas, que se concentrarão no desenvolvimento das quatro habilidades da linguagem: conversação, audição, leitura e redação.	1	293 horas
Curso de Inglês Intensivo - Licença Capacitação Aprimorar o inglês cotidiano (pronúncia, conversação, compreensão oral, escrita e leitura).	1	82 horas
Curso de Espanhol Geral – Intensivo - Licença Capacitação Aprimorar o espanhol cotidiano (pronúncia, conversação, compreensão oral, escrita e leitura)	1	69 horas
Curso de Espanhol - Licença Capacitação Obtenção de conhecimentos da língua espanhola, por meio do desenvolvimento de competências pragmáticas, de competências linguísticas (gramática de léxico) e de competências sociolinguísticas.	1	234 horas
Seminário de Auditoria Baseada em Riscos Participação de servidores da Audit no Seminário de Auditoria Baseada em Riscos - Integração e Reforço Recíproco entre Linhas de Defesa, organizado pelo ISC/TCU.	1	16 horas
Gestão de Riscos Aduaneiros da OMA O objetivo deste programa é ajudar os alunos a adquirir conhecimento profundo e abrangente das normas, práticas e aplicação em matéria de Gestão de Risco, com vistas a reforçar os efetivos de Gestão de Risco nas fronteiras. Especificamente o curso permitirá ao aluno: comparar as práticas existentes com as melhores práticas e técnicas contidas no Compêndio de Gestão de Risco da OMA; estabelecer perfis e alvos em bens, passageiros e meios de transporte de risco e facilitar aqueles que estejam em conformidade; adotar e implementar a gestão de risco de fronteira de forma estruturada e sistemática.	1	20 horas

Divisão de Implementação e Suporte em Gestão de Riscos		
Auditoria Baseada em Riscos Capacitar servidores da Audit em técnicas de auditoria baseada em riscos.	1	24 horas
Seminário de Auditoria Baseada em Riscos Participação de servidores da Audit no Seminário de Auditoria Baseada em Riscos - Integração e Reforço Recíproco entre Linhas de Defesa, organizado pelo ISC/TCU.	1	16 horas
ISO 31000:2018 - Capacitação em Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos Treinamento e certificação de servidores sobre a Norma ISO 31.000:2018, referência internacional em Gestão de Riscos.	2	40 horas
Orientações Sobre o Sistema G-Riscos Treinamento de servidores da Disri para o cadastro de Riscos e usuários no sistema G-Riscos.	3	8 horas
Formação de Analistas de Riscos Treinamento de servidora nas rotinas de trabalho dos ciclos de Gerenciamento de Riscos da RFB para atuar como MDF da Disri.	1	24 horas
Formação de Analista de Processo Capacitar os servidores da Carreira Tributária e Aduaneira que atuam na reestruturação de processos de trabalho.	1	24 horas
TADAT - Tax Administration Diagnostic Assessment Tool Capacitar e certificar servidores da RFB na metodologia de avaliação de administrações tributárias TADAT.	1	24 horas

6. Considerações finais

Por meio de auditorias internas, da disseminação da cultura de gestão de riscos e do acompanhamento às deliberações dos órgãos de controle, as atividades desempenhadas pela Audit são instrumentos importantes na melhoria dos controles internos de toda a Cadeia de Valor da RFB, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

Assinado Digitalmente

Jose Roberto Biazon

Chefe da Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo

Pedro Henrique Neves de Melo

Chefe da Divisão de Implementação e Suporte em Gestão de Riscos

Assinado Digitalmente

Erico Bidinotto Brito

Coordenador de Planejamento e Execução de Auditoria

Assinado Digitalmente

Aparecido Xavier de França

Coordenador-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos



Receita Federal

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

APARECIDO XAVIER DE FRANCA em 31/03/2020, ERICO BIDINOTTO BRITO em 31/03/2020.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Dúvida? Acesse

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/qrcode.xhtml>

Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

AP31.0320.13375.1488

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

vRMW8trWuXX6U7jmqrV6VXregFTM0e7sQHk0AAAt0zE=